



O RESPEITO AO NÃO-DITO NAS NARRATIVAS DE ATLETAS LGBTQIA+ DO ESPORTE OLÍMPICO

Resumo - Este artigo tem por propósito discutir algumas formas de silenciamento vivenciadas por atletas LGBTQIA+ do esporte olímpico. Deslocando-se de uma história oficial olímpica que, na maioria das vezes, exclui essas experiências, traremos as narrativas biográficas de participantes de diferentes edições olímpicas para explorar o tema. Além de destacar nossa compreensão sobre a aplicação deste método à população LGBTQIA+, separamos o texto em duas outras partes. Na primeira, discutimos o abismo existente entre o narrar livremente as próprias vivências e a atmosfera social violenta, desumanizante e estereotipada que impede que determinados assuntos (em particular o da chamada autoafirmação identitária) emergjam de narrativas LGBTQIA+. Logo na sequência, destacamos como os próprios regimentos olímpicos inserem os(as) atletas em condições subalternizadas ao mesmo tempo em que depreciam quaisquer ações políticas. Para encerrar o artigo, consideraremos o ocultamento de assuntos relativos à vivência LGBTQIA+ um vestígio dos processos de censura e/ou trauma experimentados ao longo da carreira atlética, e não menos uma resposta ao exagero midiático contemporâneo e seu lucro a partir da especulação.

Palavras-chave: narrativas biográficas; LGBTQIA+; esporte Olímpico.

THE RESPECT FOR THE NOT SAID IN NARRATIVES OF LGBTQIA+ OLYMPIC SPORT ATHLETES

Abstract - This article aims to discuss some forms of silencing experienced by LGBTQIA+ athletes in Olympic sport. Escaping from an official Olympic history that, in most cases, excludes these experiences, we will bring the biographical narratives of participants from different Olympic editions to explore the theme. In addition to highlighting our understanding of the application of this method to the LGBTQIA+ population, we have separated the text into two other parts. In the first one, we discuss the abyss between freely narrating one's own experiences and the social atmosphere violent, dehumanizing and stereotyped that prevents certain issues (in particular that of the so-called self-assertion of identity) from emerging from LGBTQIA+ narratives. Soon after, we highlight how the Olympic regiments place athletes in subordinate conditions at the same time that they depreciate any political actions. To end the article, we will consider the concealment of issues related to the LGBTQIA+ experience as a vestige of the processes of censorship and/or trauma experienced throughout the athletic career, and no less a response to contemporary media exaggeration and its profit from speculation.

Keywords: biographical narratives; LGBTQIA+; Olympic sport.

EL RESPETO POR LO NO DICHO EN NARRATIVAS DE DEPORTISTAS LGBTQIA+ DEL DESPORTO OLÍMPICO

Resumen - Este artículo tiene como objetivo discutir algunas formas de silenciamiento que experimentan los atletas LGBTQIA+ en el deporte olímpico. Alejándonos de una historia olímpica oficial que, en la mayoría de los casos, excluye estas experiencias, traeremos las narrativas biográficas de participantes de diferentes ediciones olímpicas para explorar el tema. Además de resaltar nuestra comprensión de la aplicación de este método a la población LGBTQIA+, hemos separado el texto en otras dos partes. En el primero, discutimos el abismo entre narrar libremente las propias experiencias y el clima social violento, deshumanizador y estereotipado que impide que ciertos temas (en particular, la llamada autoafirmación identitaria) emergjan de las narrativas LGBTQIA+. Poco después, destacamos cómo los propios regimientos olímpicos colocan a los atletas en condiciones de subordinación al mismo tiempo que desvalorizan cualquier acción política. Para finalizar el artículo, consideraremos el ocultamiento de cuestiones relacionadas con la experiencia LGBTQIA+ como un vestigio de los procesos de censura y/o traumas vividos a lo largo de la carrera deportiva, y no menos como una respuesta a la exageración mediática contemporánea y su aprovechamiento especulativo.

Palabras-clave: narrativas biográficas; LGBTQIA+; deporte olímpico.

Waleska Vigo Francisco

waleska.francisco@usp.br

*Escola de Educação
Física e Esporte*

*Universidade de São
Paulo, Brasil*

*Juliana Ferreira dos
Santos*

Faculdade de Educação

*Universidade de São
Paulo, Brasil*

Katia Rubio

Faculdade de Educação

*Universidade de São
Paulo, Brasil*

*[http://dx.doi.org/
10.30937/2526-
6314.v6.id143](http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v6.id143)*

Recebido: 07 dez 2021

Aceito: 11 abr 2022

Publicado: 21 abr 2022

Introdução

Em certa medida não há como discordar de Eduardo Galeano¹ quando celebra a voz humana: “[...] todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais (p. 23)”; nem de Maya Angelou²: “[...] não existe agonia maior do que guardar uma história não contada dentro de você (s.p.)”.

Galeano¹ e Angelou² dedicaram-se à escrita de histórias impregnadas de aspereza, as quais revelaram suas experiências e de outras pessoas. Temas como a ditadura militar, as invasões colonialistas, o racismo, o estupro e o sexismo ocupam as páginas de suas obras. Contudo, essa forma de compartilhamento ao menos não deveria ser resumida a um ato grandioso de coragem – apesar de também o ser – uma vez que condenaria à covardia todo um montante que, por inúmeros motivos, não se pronunciou diante de cenas de horror e injustiça. Reagir, tomar partido de certos assuntos, exige mais que tornar visíveis a indignação e a ânsia por um mundo menos maligno; em muitos casos, há uma atmosfera colateral um tanto quanto impeditiva e/ou ameaçadora.

Hédi Fried³, sobrevivente de Auschwitz, quando questionada sobre a ausência de reação da comunidade judia frente ao extermínio nazista, respondeu sem delongas: “Na época em que chegamos ao campo [de concentração], a maioria de nós estava apática demais para travar uma luta. Ninguém tinha força para pensar, a gente simplesmente seguia as ordens. Você se apegava à vida, não importando o quanto parecesse difícil (p. 28)”.

No movimento totalitário da Alemanha nazista, o controle social operou por meio do terror, usando como alicerce a propaganda e a doutrinação, e, tal sistema, se mostrou suficientemente habilidoso de várias maneiras: na produção de orgulho e identificação com os ideais da “raça ariana”, na conversão de simpatizantes ao antissemitismo, e no estabelecimento de traidores(as) e inimigos(as) da nação – foram assim considerados(as) aqueles(as) contrários(as) ao regime atuante, comunistas, homossexuais, ciganos(as) etc. Como se nota na narrativa de Hédi Fried³ apontada acima, e nas próprias palavras de Heinrich Himmler – comandante militar da SS* – o regime nazista teve êxito na geração de alma de escravo⁴. Em outras palavras, o conjunto de violências psicofísicas praticadas

* Organização paramilitar vinculada ao Partido Nazista e a Adolf Hitler.

naquele período desumanizou pessoas até torná-las apáticas e moribundas, e o único esforço possível era para que a vida não escapasse.

Em acordo, Michel Foucault cita que desde o aparecimento das práticas de castração dos desejos, o corpo deixou de ser o objeto exclusivo da tortura

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos — daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou — é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições⁵ (p. 21).

Sem dúvida o Holocausto foi um dos acontecimentos mais limítrofes da ordem da violência contra seres humanos, porém as condições de subalternidade, coerção, estranhamento, repulsa e extermínio populacional - mesmo que transmutadas - permanecem aniquilando o exercício da dignidade de diversos coletivos atuais.

Neste artigo tratamos da experiência de atletas olímpicos(as) da comunidade LGBTQIA+[†] e suas diversificadas maneiras de lidar com as formas de opressão apontadas. De maneira mais específica, nos interessa analisar práticas, cenários e discursos hegemônicos sociais que potencializam o silenciamento deste grupo também no esporte.

Enquanto pessoas públicas, tais atletas são muitas vezes incentivados(as) ou compelidos(as) a autoafirmação da sexualidade ou da identidade/expressão de gênero sob o intuito genuíno de conquistar espaços e ampliar a representatividade. Contudo, essa é uma tarefa bastante peculiar e nem sempre simples. Como e por que se reportar ante um ambiente contraditório? E até onde faz sentido a menção pública da vida íntima?

O método escolhido é o das narrativas biográficas, tendo como complemento trechos de entrevistas midiáticas. Uma de nossas preocupações primárias que é tida como objetivo geral do artigo foi pensar a aplicação do método sem reproduzir conjunturas que remetessem a um tipo de exposição julgadora, especulatória e estereotipada dos(as) atletas em questão. Assim, sintonizamos com a dinâmica de escuta da autora Svetlana Aleksievitch⁶: “Escuto quando elas falam... Escuto quando estão caladas... Tanto as palavras quanto o silêncio são texto para mim. (p. 24)”

[†] A sigla LGBTQIA+ refere-se a formas de orientação sexual e identidade de gênero. Neste texto trabalhamos apenas com narrativas de atletas GBI que respectivamente significa: gays, bissexuais e intersexo.

Conforme mencionado anteriormente, o medo como resíduo de violências psíquicas e/ou físicas, mostra-se altamente capacitado na tarefa de congelar ações e pronunciamentos politizados e/ou de caráter denunciador. Nesse caso, veremos mais adiante que a alternativa viável para determinados(as) atletas é o recolhimento ao lugar do não-dito em troca não só da estabilidade da carreira, mas um modo de sobreviver à intolerância LGBTQIA+ presente nos esportes de alto rendimento.

Narrativas biográficas: o método

Como método, recorreremos às narrativas biográficas de atletas participantes de edições olímpicas, as quais foram coletadas pelo Grupo de Estudos Olímpicos (GEO-USP) e se encontram disponíveis num arquivo em formato de vídeo. As narrativas biográficas⁷ podem ser definidas brevemente como “[...] discursos individuais que oferecem uma compreensão do sujeito que narra, do mundo e das próprias experiências acumuladas na trajetória da existência (p. 115)”.

A escolha desse método se deu pelo querer ampliar a história do esporte olímpico a partir da experiência de pessoas responsáveis pelo fazer do espetáculo. Por sua vez, a palavra não-institucionalizada, a narrativa comum, simplificada, ordinária e individualizada também carrega seu status valioso no comparativo a inflexibilidade de uma história oficial na maioria das vezes contada pela ótica de grupos privilegiados. As entrevistas estruturantes desse banco de dados não foram preestabelecidas, ou seja, não seguiram um roteiro, iniciaram-se por uma solicitação: “Por favor, conte-me sua história de vida (s.p.)”⁸.

Desse modo, narrar se torna um ato reflexivo e fluído por excelência, que envolve cognição, afeto, desejo, perspectiva, entre outros; uma fonte capaz de revelar impressões, possibilidades, aspirações e inquietações que nasce da relação entre quem pesquisa e quem narra. O intuito é deixar que a pessoa entrevistada se lance aos labirintos da memória e reconstrua sua história de vida da forma que lhe parece mais coerente, ou seja, a priori não há um interesse em residir e/ou adaptar as histórias pessoais à filosofia de quem entrevista. Por isso, ao longo do diálogo poucas intervenções são realizadas e, quando acontecem, agem apenas como gatilhos para a continuidade da conversa. Cabe, assim, aos(as) pesquisadores(as) uma postura de ouvinte que respeita as convicções culturais e políticas singulares de cada atleta-narrador(a). Por último, exploramos essas narrativas, buscando possíveis experiências atravessadas pela discriminação de gênero

e/ou sexualidade em atletas participantes dos Jogos Olímpicos e da comunidade LGBTQIA+.

Conforme já dito, as narrativas biográficas são transpassadas pelo processo de entrevista, isso, obviamente, indica a presença de um terceiro conduzindo e interferindo – por mais que a mediação seja mínima – no processo de narração e recordação. Não foi o sujeito entrevistado quem decidiu contar de prontidão sua história de vida, mas foi convidado a fazê-lo. Nesse caso, mesmo aceitando o convite, é possível que algumas pessoas entrevistadas não tenham elaborado certos acontecimentos desconfortáveis e/ou traumáticos de sua história para que possam falar sem tantas amarras. Dito isso, gostaríamos de tratar a questão do silenciamento das vivências LGBTQIA+ aparentes em algumas narrativas. Em síntese, entendemos que esse texto se dedica à impotência do falar como sequela de mecanismos repressores.

Censura, trauma e silenciamento

Primeiramente, seria equivocado generalizar que qualquer pessoa da comunidade LGBTQIA+ possui apenas más recordações merecedoras de esquecimento; a violência é contextual e sentida de maneira singular, isso significa que não existe qualquer precondição de que toda pessoa desse grupo provará de episódios violentos e/ou traumáticos. Também assumimos que falar sobre a formação e as experiências de gênero e sexualidade não são tarefas simples, mesmo para os sujeitos que se constituem incorporando e naturalizando os processos compulsórios. Seguindo Judith Butler⁹: “[...] somos, pelo menos parcialmente, formados por meio da violência. São atribuídos a nós gêneros ou categorias sociais contra nossa vontade [...] (p. 236)”. Entendemos, com isso, que até mesmo o corpo socialmente inteligível à norma hegemônica da tríplice sexo-gênero-desejo sexual, constitui-se em meio a uma série de incitações compulsórias que podem resultar em vivências desagradáveis e/ou traumáticas. Sobretudo, entendemos que as vidas LGBTQIA+ estão mais propensas aos maus-tratos do preconceito, como: a desumanização, a humilhação, a vergonha, a correção moral e física etc. E tais condições serão tratadas aqui como basilares à angústia e, possivelmente, estruturantes do silenciamento.

Junto a isso, há um limite inerente à memória e à verbalização das coisas; nem todas as minúcias vividas conseguem ser lembradas. No entanto, a discussão que se

propõe aqui é outra: existem determinados assuntos com conotações socialmente atraentes e receptivas e, em oposição, temas censurados, proibidos ou incomunicáveis. Em outras palavras, há pronunciamentos impedidos e outros sobre os quais não se consegue falar – por serem dolorosos – e poderíamos pensá-los, respectivamente, como efeitos de censura e trauma; quando não é a língua dilacerada é o estômago relutante à presença fantasmagórica do trauma.

O silenciamento como efeito da censura, pode ser pensando a partir do que Veena Das¹⁰ denomina de conhecimento venenoso. Esse termo indica algo que se sabe, mas não se pode dizer por causa de sua característica denunciadora. Nesse caso, o corpo violado é corroído internamente pelo veneno do silenciamento e mantém-se assim numa manobra de proteção à vida e esquiva à humilhação pública, enquanto reconfigura seu mundo fraturado. Tal escolha, seguindo a autora, não seria definida por um arranjo traumático, mas por um impedimento social¹⁰: “[...] se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso (p. 35)”.

Uma característica da censura é fazer falar outra coisa, isto é, fazer falar só o que é permitido ouvir¹¹. Dessa maneira, “[...] impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso (p. 102)”. Nessas circunstâncias, a censura parece formular uma fala fragmentada como nos dizeres de Veena Das¹⁰, fragmentos, “[...] cheios de palavras não inteiramente formuladas, gestos performativos e todo um repertório de noções culturalmente densas que cercam essas elocuções (p. 19)”.

Sondar as memórias do trauma pode ser espinhoso, de outra forma, fazê-las emergir é retomar a cena em que a violência se organizou e recriar espaços para que o mal-estar do passado se reinstale sobre o ‘conforto’ proporcionado pelo esquecimento. Assim, as recordações do passado, às vezes, se tornam um fantasma diário de hálito quente sentado sobre ombros de quem experimentou a violência. A memória traumática é, por conseguinte, sintomática, visceral,

Se estou descendo a rua e ouço um cão latindo atrás de mim, instantaneamente estou de volta no campo, num grupo de moças em filas de cinco a caminho do trabalho, vigiadas pelos soldados da SS com seus cães. Se uma delas para ou sai da fila, sabemos que eles vão soltar os cachorros em cima dela. Posso sentir o medo, o vento gelado que soprava através do meu vestido fino, e a dor nos meus pés em carne viva causada pelos rústicos tamancos. Outras vezes, vejo uma chaminé

e sinto a mesma dor de quando entendi qual era a função das chaminés em Auschwitz³ (p. 167).

Entende-se, portanto, que a reconstrução da violência vivida envolve um posicionamento, uma fala politizada, denunciadora e, no mínimo, desconfortável.

Atleta e LGBTQIA+

Temos uma questão importante a ser destacada sobre os sujeitos integrantes de nossa pesquisa: suas carreiras são elaboradas sob regimentos que anulam ou desencorajam ações de denúncia. O Código de Conduta Ética do Comitê Olímpico Brasileiro¹² estabelece no Capítulo 2, Art. 7, que: “[...] manifestações pessoais no ambiente esportivo, por meio de palavras, vestuário ou gestos não devem indicar posicionamento religioso, político-partidário ou preferência por agremiação esportiva (p. 5)”. Complementa-se no Parágrafo Único¹²: “[...] o uso de redes sociais por atletas, comissão técnica e dirigentes deve obedecer ao equilíbrio e à proporcionalidade, evitando-se o uso conflituoso e polêmico (p. 5)”. Isto é, a própria condição de atleta subjuga a ação política e isso indica uma posição subalternizada desses sujeitos frente ao estabelecimento de um sistema hierárquico institucionalizado.

Da mesma forma, pessoas que se auto identificam LGBTQIA+ encontram-se socialmente em uma posição periférica com relação aos discursos heteronormativos e genderizantes hegemônicos. Esse deslocamento do centro oferece como contrapartida o desprestígio do conteúdo dito. A verdade audível é construída como propriedade de pessoas em condição de privilégio e legitimada somente quando tais pessoas a assumem^{13,14}. A pessoa marginalizada, na maioria das vezes, é impedida de falar de si, do modo como se vê e experimenta o mundo, cabendo ao sujeito do centro tal prerrogativa.

Falar torna-se, assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso[‡] é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida. Tal impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo (p. 42)¹³.

[‡] Na obra da autora citada, refere-se especificamente à vivência de pessoas negras. Por esse motivo, pedimos licença para ampliar o uso da frase para o público-alvo da pesquisa, entendendo que algumas semelhanças podem ser encontradas por também se tratar de um grupo subordinado. De qualquer maneira, as interseccionalidades, como: raça, gênero, etnia, classe social etc., não podem ser descartadas das experiências de preconceito; um somatório que pode tornar as violências mais ou menos significativas.

Com isso, destacamos que existem discursos que precedem e mascaram a percepção que a população LGBTQIA+ tem de si. A história oficial muitas vezes ofereceu a essas pessoas uma imagem deformada e irreconhecível de si, onde só se pode existir de modo caricato. Falar de si, pelo contrário, tem o dom de retirar a pessoa da condição de objeto em que é colocada. Porém, há experiências cotidianas concretas de preconceito acumuladas na vida LGBTQIA+ que podem tanto bloquear uma autoafirmação identitária quanto silenciar queixas sobre coerção, insultos, violências etc.

Uma atitude auto afirmativa pode, por vezes, colocar em risco a própria vida. Até 2019, a relação homoafetiva era criminalizada em 70 países – 6 deles prevendo pena de morte¹⁵. Já entre janeiro de 2008 e abril de 2016, um levantamento realizado pela Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM)¹⁶ reportou o assassinato de 2115 pessoas trans e gênero-diversas em 65 países ao redor do mundo. Nessa mesma pesquisa, o Brasil ocupava a primeira posição no ranking, representado por 845 mortes. Isso indica que nem sempre a autoafirmação se trata de uma ação serena de compartilhamento do nome da companhia afetiva ou do gênero escolhido para seguir com a vida. Há um risco social e seus efeitos ruinosos, e a falta ou excesso de posicionamento diante desse cenário não deveria pelo menos ser entendida banalmente como a falta ou excesso de bravura. A intolerância e o risco se fazem presentes, parecem longe de acabar, e mantêm uma profunda relação com a geografia mundial.

No relato da goleira da seleção brasileira de handebol, Mayssa Pessoa¹⁷

Passadas as Olimpíadas do Rio, fui chamada para jogar no Rostov, onde estou até hoje, um dos maiores times da Rússia [onde a homossexualidade é considerada crime]. Assim que minha contratação foi anunciada, comecei a receber mensagens preconceituosas nas redes sociais. Usavam o fato de eu ser homossexual para me ofender. Como atleta, fui bem recebida. Meus colegas, a federação e os torcedores sabem que eu sou lésbica e me tratam numa boa. Mas nas ruas tenho que tomar certos cuidados. Sou noiva [...] planejamos nos casar depois de Tóquio, no Brasil, mas não posso sair de mãos dadas e nem beijá-la em público. As pessoas aqui não gostam; não adianta lutar contra. Na Romênia, onde joguei pelo CSM Bucareste, foi ainda mais difícil. Lá, o handebol é um esporte muito popular, os fotógrafos seguem as jogadoras e eu comecei a aparecer de mãos dadas com a minha namorada. Na hora dos jogos, os torcedores, sempre homens, gritavam 'sua lésbica, o que você está fazendo aqui?'. Imitavam sons de macaco e me mandavam voltar para o Brasil. Mas teve um episódio muito pior. Eu estava em um bar com as meninas do time, e um homem me chamou pelo nome. Quando virei, ele falou 'sua lésbica' e deu um cuspe na

minha cara. Foi horrível. Uma outra vez, durante o jogo, quando eu estava no banco, cuspiram em mim e atiraram pedras de gelo na minha direção. O juiz teve que parar a partida e eu voltei ao hotel escoltada pela polícia (comunicação pessoal).

A autoafirmação da identidade de gênero e/ou da sexualidade também pode implicar em uma profunda desfiguração das relações sociais. São reais as possibilidades de abandono familiar e perda de abrigo, redução do núcleo de amizades, demissão do trabalho, ocupação de empregos subalternizados, quando não o sustento pela prostituição circundado pela violência das ruas e o início do uso e abuso de drogas lícitas/ilícitas. Une-se a isso, a exposição social da família e a intenção de demarcar sua “falha” no processo educativo moral. Em outros termos, a autorrevelação causa uma distribuição do fardo social: a família-padrão torna-se a família-desviante e propensa ao mesmo silenciamento. Mayssa Pessoa¹⁶ salienta

No dia seguinte, saiu em todo canto. ‘A goleira da seleção é gay’. A imprensa começou a aparecer em peso nos treinos e programas de TV, procuraram minha família na Paraíba. Minha mãe, que não sabia de nada e é muito religiosa, ficou chocada. Ela me ligou e perguntou ‘por que estão falando isso da minha filha na televisão?’ (on-line) (comunicação pessoal).

Soma-se a isso o fato de pessoas da comunidade LGBTQIA+ serem rotuladas historicamente (em especial pelo par Igreja-Estado) como bodes expiatórios e responsabilizadas por uma ideia de desorganização moral e estrutural da família-modelo

Odiados e temidos, objetos a serem desprezados, embora sejam preocupantes devido a maligna compreensão quanto a essência física de seus corpos, eles são claramente objetos de criação cultural, a quilha plúmbea do mal e do mistério, a estabilizar o navio e a rota que é a história ocidental. A guerra fria adicionamos o comunista. Com a bomba do tempo latejando dentro da família nuclear, adicionamos as feministas e os gays. Os militares e a nova direita, como os conquistadores do passado, descobrem o mal que haviam imputado a esses alienígenas e mimam a selvageria que imputaram (p. 30-31)¹⁸.

Compreende-se assim, que vidas LGBTQIA+ podem ser atravessadas por macro e micropoderes e pelos efeitos de suas mais variadas técnicas de controle social; dos insultos até níveis mais graves como a eliminação dessa população por uma política da

morte, denominada necropolítica, que “[...] dita quem pode viver e quem deve morrer (p. 5)”¹⁹.

Há também um conflito no presente mediado por políticas estatais, religião, crenças populares, ‘verdades’ científicas que se concebem inegociáveis etc., que não opera de forma solitária, mas se entrecruza com um passado histórico também violento e nunca morto no imaginário de grupos marginalizados. Para a comunidade LGBTQIA+, as reminiscências constituem-se de cenas de tortura e técnicas corretivas. A tentativa histórica de desumanização de pessoas LGBTQIA+ recorreu aos mais variados métodos: a incineração do corpo na fogueira, eletrochoques, lobotomias, castrações químicas, prisões, estupros, o estigma dos anos de epidemia da AIDS etc. A vida LGBTQIA+ acaba por ter uma memória atual pouco suave e ainda ser regulada pelo imaginário de violência dos anos anteriores, constituído, muitas vezes, a partir de histórias recontadas pelas companhias de agrupamento. Veena Das¹⁰ afirma que, “Mesmo quando parece que algumas mulheres[§] tiveram uma sorte relativa porque escaparam à violência física direta, a memória corporal de estar-com-os-outros faz com que o passado cerque o presente como atmosfera (p. 35)”. Como consequência, resta a indignação e a busca por melhores condições de vida, mas também a culpa, o medo, o risco, a morte anunciada e a insegurança que se manipule a vida pelo ‘segredo’ compartilhado.

Em tempos atuais, a miséria do castigo opera em forma de constrangimento velado; velado justamente por ser entendido como ato de boa-fé. O direito à autoafirmação, como escolha do sujeito, passa a ser dividido com outrem. Retira-se a pessoa do ‘armário’ – mesmo que essa não seja a intenção dela – conforme retrata o atleta olímpico Walmes Rangel^{**}

Então as pessoas estavam muito mais preocupadas com a minha intimidade do que com meu potencial, o que eu poderia render e oferecer. Então, foi muito difícil para mim isso, acho que foi o grande momento de superação, e foi quando eu acabei assumindo numa briga porque eu já não aguentava mais a pressão: ‘você é viado, você é isso...’ (comunicação pessoal).

[§] Nesse trecho, a autora se refere à experiência de mulheres indianas afetadas pela Repartição.

^{**} Trecho retirado de entrevista cedida ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros, coordenado pela prof. Dra. Katia Rubio - USP.

Essa ação se tornou uma emergência e um deleite pautados na compreensão muitas vezes de que o ‘fardo’ do sujeito seria aliviado após a publicização de sua identidade autorreferenciada. Sobretudo, o retrato contemporâneo desse processo é simplesmente deixar o outro nu e às moscas. O pertencimento a uma identidade de gênero ou sexualidade dita não-normativa, tornou-se um ‘segredo’ que não está à mostra, mas que quer se revelar o tempo todo. Porém, esse tipo de ‘segredo’ apresenta uma marca singular: não pode ser dito – enquanto fruto proibido – mas tem de ser confessado para ser vigiado e, se possível, normalizado, carregando, assim, uma prática coercitiva herdada de séculos anteriores, o que o filósofo Michel Foucault²⁰ designou como vontade de saber, ou seja, o corpo em suas formas mais singulares e plurais, é ultrapassado por relações de poder que intencionam normalizá-lo a partir de projeções binárias de gênero e sexualidade. Para tal, vigiam-se os hábitos e costumes a fim de fazê-los reduzidos ao poder dos dominantes e suas ideologias.

Considerações finais

Diante do quadro anteriormente apresentado, surgem questões fundamentais para o trabalho com as narrativas biográficas: de que forma é possível dialogar com sujeitos que se constituem as margens do modelo cis-heteronormativo?

A maioria das pessoas entrevistadas para esta pesquisa encontra-se viva, com isso, existe a possibilidade de retornar a elas. Mas, uma entrevista específica sobre o assunto da discriminação LGBTQIA+ não se configuraria como uma violência? Por que extrair algo que não foi dito espontaneamente num primeiro encontro? Fazê-lo não seria tornar a entrevista um costumeiro interrogatório antiético, no formato que algumas mídias já vêm produzindo? A exemplo da judoca Edinanci Silva^{††} quando questionada se havia saído satisfeita da edição olímpica de Atlanta, em 1996

Sai, pelo fato de estar superando várias barreiras, a distância de casa, o problema que eu tive com toda a imprensa, aquele auê, aquele circo que armaram ao meu redor em minha situação hormonal, o fato também de eu estar competindo numa categoria superior. Então eu saí assim, não completamente satisfeita, mas, sai vitoriosa de tudo que tinha acontecido (comunicação pessoal).

^{††}Trecho retirado de entrevista cedida ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros, coordenado pela prof. Dra. Katia Rubio - USP.

Entendemos que o sujeito violado não se constitui apenas desse fato, olhá-lo pontualmente seria restringi-lo ao seu encontro com o poder e, certamente, há mais que isso circundando a vida²¹. Descobre-se que o momento da entrevista ou a pós-interpretação dela, enquanto arquivo, não se pode resumir a “[...] uma sentença de morte, um túmulo, uma exposição do corpo violado, um inventário de bens, um tratado médico sobre gonorreia, algumas linhas da vida de uma prostituta, um asterisco na grande narrativa da história (p. 2)”²¹.

E quanto a uma entrevista com questões pré-elaboradas, surgiriam respostas dos ‘gatos escaldados’ da história? Quem sabe? Quando a autora Grace Cho²² questionava a mãe sobre o passado – atravessado pela prostituição, pelo casamento forçado com um militar norte-americano e pela diáspora coreana – a reação era a seguinte,

Minha mãe me ensinou a ignorar essas perguntas sobre de onde viemos e por que estávamos ali. Ela me ensinou isso com seu próprio exemplo de não responder, mesmo quando era sua própria filha perguntando. Se eu quisesse saber sobre sua vida na Coréia, ela ficaria olhando em silêncio para algum ponto na parede até que a intensidade de seu olhar me obrigasse a ficar quieta também (p. 2).

Estamos, ante ao fato, de que algumas pessoas querem falar, sentem-se confortáveis ou na obrigação da denúncia; ou estão presas a significados que nunca conseguiremos captar por completo. Ao entrevistar mulheres soviéticas que foram à guerra, e estiveram presentes em frentes de batalha, Svetlana Aleksievitch revela: “Sim, elas choram muito. Gritam. Depois que eu saio, tomam remédios para o coração. Chamam a ‘emergência’. Mas mesmo assim me pedem: ‘Volte, Volte sem falta. Ficamos em silêncio por tanto tempo. Quarenta anos em silêncio...’ (p. 22)”⁶.

De novo, falar sobre a violência é também elaborar o acontecimento

Tenho dado palestras sobre o tempo que passei em diferentes campos quase diariamente desde a década de 1980, e, cada vez que falo sobre o assunto, tenho a sensação de reviver tudo aquilo. Apesar de ser muito difícil, isso levou a uma coisa boa – para mim tornou-se um meio para processar o meu trauma (p. 167)³.

Porém, há pessoas que querem manter segredo, zelar pela própria verdade, proteger a vida ao invés de transformá-la numa versão que pode se esgotar em polêmica. Disse outra entrevistada de guerra⁶, “[...] ‘não mexa na minha alma. Escreva sobre minhas

condecorações, como os outros...’ (p. 39)”. Talvez tornar pública certas histórias seja o mesmo que expor uma ferida e aguardar a partir de uma observação letárgica a propagação de sua infecção. De modo algum se propõe que o silêncio leve à resolução dos fatos; a denúncia é no mínimo o setor pelo qual se espera que comece a desenhar a reparação. Destaca-se aqui, portanto, a existência de pessoas que não terão a capacidade denunciadora e nem por isso merecem ser subjugadas como incompetentes, frouxas, inexpressivas, frias ou submissas.

Para cada reportagem feita por trabalhadoras sexuais coreanas sobre a violência cometida por soldados norte-americanos e japoneses, outras tantas se calam²².

O testemunho de Cho’e Myōngsun expressa esse desejo de sigilo, mesmo estando entre aqueles que se tornaram públicos: ‘Eu vivi ansiosa apenas pela morte e sem contar a ninguém a minha história. Minha angústia permaneceu enterrada no fundo do meu coração... Minha história, por mais oculta que esteja daqueles ao meu redor, me seguirá até o túmulo (p. 6)²².

Observamos o silêncio como um sentido¹¹: “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido é (p. 31)¹¹”. Dessa maneira, desponta no horizonte a percepção de que não há intenção de fazer os sujeitos falarem sobre coisas que talvez os desagradem, e que falar de experiências dolorosas abrange a espera pelo amadurecimento do fruto (se é que ele amadurecerá). Decerto, as histórias clandestinas e denunciadoras tem seu imenso valor, mas é preciso respeitar o não-dito, ou melhor, respeitar o direito à construção narrativa e ouvir a partir do limite estipulado por quem narra; assim como construir uma relação metodológica de entrevista que seja mais humana e empática.

Igualmente, torna-se urgente desapegar desse espaço do ‘segredo’, tão íntimo e sigiloso e, por vezes, perturbador; que só pertence à pessoa censurada, maltratada, traumatizada. Estamos, portanto, em acordo com estudos que, “Não pede[m] que as pessoas falem de suas experiências para revelar o conteúdo de seus segredos, porque há tanto poder na incerteza quanto em saber a verdade, porque os segredos têm uma maneira de se revelar mesmo quando o sujeito que os carrega nunca fala deles (p. 17)”²².

²²Grifos da autora.

Referências

- 1 Galeano E. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM; 2017.
- 2 Angelou M. Eu sei por que o pássaro canta na gaiola. São Paulo: Astral Cultural; 2018.
- 3 Fried H. Perguntas que me fazem sobre o Holocausto. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2020.
- 4 Arendt H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; 1989.
- 5 Foucault M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis-RJ: Vozes; 2014.
- 6 Aleksievitch S. A guerra não tem rosto de mulher. São Paulo: Companhia das Letras; 2016.
- 7 Rubio K. Narrativas biográficas: da busca à construção de um método. São Paulo: Editora Laços; 2016.
- 8 Rubio K. Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos. São Paulo: Laços; 2014.
- 9 Butler J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2019.
- 10 Das V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*. 2011;37:9-41.
- 11 Orlandi EP. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp; 2007.
- 12 Comitê Olímpico Brasileiro. Código de conduta ética [citado 6 dez 2021]. 2018. Disponível em <https://novoportal.cob.org.br/pt/documentos/download/ac6cf4f8df3a9/>
- 13 Spivak GC. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG; 2010.
- 14 Kilomba G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó; 2019.
- 15 Mantovani F. Relação sexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial [citado 6 dez 2021]. Folha de São Paulo. 20 mar 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml>
- 16 Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM). Transgender Europe (TGEU) and Carsten Balzer [citado 6 dez 2021]. Disponível em <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/>
- 17 Gonzales M. Elas jogam que nem mulher: atletas olímpicas lésbicas falam de coragem, amor e preconceito. E, não, elas não querem jogar 'que nem homem' [citado 6 dez 2021];. *Universa*. 20 jun 2019. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/elas-jogam-que-nem-mulher/#cover>
- 18 Taussig M. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1993.
- 19 Mbembe A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições; 2018.
- 20 Foucault M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- 21 Hartman S. Venus in two acts. *Small Axe*. 2008;26:1-14.
- 22 Cho GM. Haunting the Korean diaspora: shame, secrecy, and the forgotten war. London: University of Minnesota; 2008.